

## OS LIMITES DA DEMOCRACIA SOB O CAPITALISMO NEOLIBERAL: INTERSECÇÕES ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA À LUZ DO PENSAMENTO DE WOLFGANG STREECK

### THE LIMITS OF DEMOCRACY UNDER NEOLIBERAL CAPITALISM: INTERSECTIONS BETWEEN THE CENTER AND THE PERIPHERY IN THE LIGHT OF WOLFGANG STREECK'S THOUGHT

*Leandro Salman Torelli\**

#### RESUMO

*O objetivo deste artigo é analisar as relações entre democracia e capitalismo a partir da obra do sociólogo alemão Wolfgang Streeck. Nos valendo de sua ideia de que o capitalismo vem comprando tempo, desde os anos 1970, para legitimar um sistema neoliberal que não consegue mais compatibilizar os interesses do mercado com as demandas sociais por democratização, nos propomos a comparar os processos ocorridos no centro capitalista e no Brasil entre 1970 e 2016.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Democracia. Neoliberalismo. Relação Centro-Periferia. Wolfgang Streeck.*

#### ABSTRACT

*The aim of this article is to analyze the relationship between democracy and capitalism based on the work of German sociologist Wolfgang Streeck. Using his idea that capitalism has been buying time since the 1970s to legitimize a neoliberal system that is no longer able to reconcile market interests with social demands for democratization, we propose to compare the processes that took place in the capitalist center and in the Brazil between 1970 and 2016.*

**KEYWORDS:** *Center-Periphery Relationship. Democracy. Neoliberalism. Wolfgang Streeck.*

#### INTRODUÇÃO

Wolfgang Streeck, sociólogo econômico alemão, nascido em 1946, tem contribuído significativamente com o debate sobre o funcionamento recente do sistema capitalista desde a década de 1990. No seu livro mais famoso, *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*, publicado em 2013, o autor apresenta como tese de fundo a impossibilidade, cada vez mais evidente, de convivência entre o capitalismo – especialmente na sua versão neoliberal – e a democracia – na sua versão do *welfare state*.

---

\* Coordenador da pós-graduação em Teoria e Análise Econômica da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP). Mestre em História Econômica pela Universidade de Campinas (Unicamp) e Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Email: leandro.torelli@usp.br.

A partir dessa constatação, Streeck procura demonstrar que, desde a crise dos anos 1970, o capitalismo no centro vem desenvolvendo formas de comprar tempo para garantir a legitimidade do sistema junto às massas. Entretanto, a crise de 2008 teria iniciado um longo período de estagnação sistêmica (TONELO, 2021, cap. I), que impediria uma nova rodada de compra de tempo. Estaríamos vivendo, dessa perspectiva, um momento de uma dolorosa separação entre os interesses capitalistas e o ideal democrático, entendido no seu sentido estabelecido no Estado de bem-estar social, isto é, como um sistema que regula, pela luta política, os conflitos resultantes das tensões sociais entre as diferentes classes e seus interesses em torno das políticas e ações estatais, procurando garantir mínima equidade, políticas garantidoras dos direitos sociais e pleno emprego, associado a um crescimento econômico e à acumulação de capital.<sup>1</sup>

Partindo desta análise proposta por Streeck, iniciamos o presente artigo nos debruçando sobre o pensamento do sociólogo alemão no que tange ao processo de rompimento do contrato do capitalismo democrático do pós-Segunda Guerra Mundial, ocorrido a partir dos anos 1970, que deu origem à transição neoliberal. Em seguida, discutiremos esse período histórico – ou seja, dos anos 1970 em diante – em elementos econômicos e políticos da trajetória brasileira, buscando dar conta de compreender de que forma o país respondeu a essa transformação no centro capitalista, reconfigurando sua inserção internacional enquanto o centro promovia uma reconversão no sentido do fortalecimento dos mercados.

Por fim, discutiremos a tese de fundo do pensamento de Streeck: o que ele compreende como capitalismo democrático estaria vivendo um processo de deslegitimação significativa em função do avanço neoliberal, sendo a crise de 2008 um marco decisivo desse fato. Procura-se, aqui, abordar essa crise da perspectiva do centro e, também, da realidade (semi)periférica brasileira, dando destaque principal às visões de Streeck sobre as consequências do triunfo neoliberal e dos impasses que essa vitória carrega para o futuro, seja do capitalismo, seja da democracia. Tenta-se abordar essa questão tanto para o centro do capitalismo quanto para o Brasil.

Assim, buscando compreender a trajetória brasileira recente a partir das transformações do capitalismo e da proposta de abordagem do sociólogo alemão, procuramos romper com possíveis interpretações ensimesmadas, colocando a análise da realidade do Brasil contemporâneo em perspectiva com as transformações do centro capitalista, foco fundamental da obra de Streeck.

## **DEMOCRACIAS CAPITALISTAS CENTRAIS: DA SOCIALDEMOCRACIA AO NEOLIBERALISMO**

Um mal-estar mais profundo do que apenas aquele provocado por uma crise conjuntural parece ter se manifestado entre as populações dos países desenvolvidos, especialmente nas camadas trabalhadoras, nas últimas três décadas. Essa sensação de mal-estar vem do fato de a maioria das pessoas

---

<sup>1</sup> Para uma discussão em torno das diversas teorias democráticas contemporâneas numa perspectiva crítica, ver Miguel (2017).

não terem mais uma vida econômica e social estável, algo que havia sido conquistado nas economias capitalistas centrais entre os anos 1950 e 1970, situação que parecia consolidada. Ao contrário, os trabalhadores agora precisam, cada vez mais, se submeter a trabalhos precários, sem direitos e com salários baixos, para sobreviver e pagar as dívidas que se avolumam. A percepção geral das famílias trabalhadoras é de que seus descendentes não terão uma vida materialmente melhor que a sua, algo considerado até então subjacente ao contrato social do sistema capitalista moderno (PRZEWORSKI, 2020). Essa nova percepção tem feito com que uma boa parte dos autores que se dedicam a discutir a trajetória do capitalismo no centro interpretem o contexto atual como uma crise profunda do sistema e de suas bases de legitimação política e social.

Wolfgang Streeck é um desses autores. Em sua concepção, essa sensação atual nos países centrais é resultado de algo que vem sendo construído há pelo menos quarenta anos. Desde o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, transformações importantes nas estruturas econômicas e políticas do capitalismo edificado a partir do final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) resultaram na reconfiguração dos conflitos de classe. Essas mudanças abalaram significativamente o que Streeck chama de capitalismo democrático, que consideramos ser a sua visão sobre o que foi o *welfare state*, fazendo surgir uma nova versão do sistema, mais excludente e concentradora da riqueza, o capitalismo neoliberal (STREECK, 2018).

Partindo dessa constatação, o conjunto de problemáticas propostas por Streeck no livro *Tempo comprado* relaciona-se àquelas que muitos intelectuais das mais diversas áreas do pensamento social têm levantado, pelo menos desde a crise financeira iniciada entre 2007 e 2008: 1) qual a natureza desta crise? 2) Em que medida ela é uma novidade na trajetória histórica do capitalismo? 3) Até que ponto essa crise sinaliza para um problema conjuntural ou estrutural do capitalismo em sua versão neoliberal? 4) Por que razão ela abriu espaço para questionamentos mais profundos da chamada democracia liberal?

A partir dessas perguntas, o sociólogo alemão procura compreender o que ocorreu com o mundo capitalista, especialmente a partir da realidade dos países centrais, desde a crise de 2008. Ele estabelece um diálogo profundo com a teoria crítica fundada na Escola de Frankfurt para entender a gênese da crise contemporânea e apresentar um constructo teórico capaz de dar conta das mudanças.

De início, Streeck afirma que as raízes do fenômeno se localizam no contexto da crise do capitalismo democrático do pós-Segunda Guerra Mundial. E aqui encontramos duas bases fundantes da interpretação do autor: em primeiro lugar, para Streeck, o casamento entre capitalismo e democracia é algo arranjado, fruto de um contexto de fortalecimento das classes operárias e de ascensão do movimento revolucionário socialista, que teria colocado a burguesia contra as cordas, obrigando-a a ceder para garantir a sobrevivência do sistema; ou seja, tratava-se de um contexto específico de vitória política das massas contra o capital. Em segundo lugar, Streeck defende a ideia de que, ao contrário do que acreditavam os pensadores da Escola de Frankfurt, o arranjo político do casamento sem amor que propiciou o *welfare state* não foi questionado pela classe trabalhadora, mas pelos capitalistas que, entre fins

dos anos 1960 e começo dos anos 1970, passaram a se recusar a fazer concessões aos trabalhadores e, como forma de pressão, promoveram greves de investimentos, paralisando o constante e razoável crescimento da economia nos países centrais ocorrido ao longo das décadas de 1950 e 1960.<sup>2</sup> Aparentemente, os capitalistas, temporariamente, renunciavam aos ganhos para garantir o controle político da sociedade.<sup>3</sup>

Esta concepção da crise do Estado de bem-estar social como resultante de uma greve de investimentos promovida pelos capitalistas, Streeck tributa ao economista polonês Michail Kalecki (1899-1970). Na concepção desse autor, a política de pleno emprego é lucrativa e economicamente sustentável no capitalismo. Entrementes, ela fortalece politicamente a classe trabalhadora. Assim, a oposição dos capitalistas à intervenção do Estado na garantia do pleno emprego não se sustenta tecnicamente, mas é uma opção ideológica da burguesia, que pesa fatores positivos e negativos aos seus interesses em função dos contextos políticos (KALECKI, 1943). Entre fins dos anos 1960 e início da década seguinte, os capitalistas teriam rompido o contrato social do capitalismo democrático e retornado à primazia do mercado na organização do sistema. Desde então, a legitimação do capitalismo democrático tem sido feita por meio do que o sociólogo alemão chama de tempo comprado. Nas palavras de Streeck:

Considero o “desencadeamento” do capitalismo global no último terço do século XX resultado da resistência dos detentores do capital e daqueles que dele dispõem – da classe dos “dependentes de lucro” – às múltiplas restrições que o capitalismo foi obrigado a aceitar depois de 1945 para voltar a ser politicamente viável nas condições da concorrência de sistemas. Penso que a explicação para esse êxito, assim como para o fato de a revitalização do sistema capitalista enquanto economia de mercado ter sido possível – contra todas as expectativas – se deve, entre outras coisas, a uma política estatal que comprou com dinheiro tempo ao sistema capitalista, garantindo uma espécie de lealdade das massas ao projeto neoliberal de sociedade enquanto sociedade de consumo de uma forma que a teoria do capitalismo tardio não podia, pura e simplesmente, imaginar. Fez isso, primeiro, pelo inflacionamento da massa monetária; depois, por um endividamento público crescente; e, por fim, por meio da concessão generosa de crédito às famílias (STREECK, 2018, p. 54).

Em textos anteriores à publicação de *Tempo comprado*, Streeck já demonstrava preocupação com o enfraquecimento da classe trabalhadora e das instituições que representavam seus interesses nas novas arenas de disputa surgidas no contexto da formação da União Europeia (STREECK; SCHMITTER, 1991). Mais recentemente, procurou mostrar o quanto as crises do capitalismo ocorridas antes de 2008 anunciavam um conflito inerente à união de opostos, que seriam o capitalismo e a democracia, ou, dito de outra forma, entre o mercado e a sociedade, o que levou os capitalistas, a partir da década de 1970, a deslocar sucessivamente as arenas de conflito distributivo para instâncias acima dos controles

<sup>2</sup> Para apresentação dos números e uma interpretação do período da *Golden Age* do capitalismo, ver Saes e Saes (2013).

<sup>3</sup> Sabemos que essa consideração de Streeck é bastante polêmica. Podemos contrastá-la, para citar um fundamental economista brasileiro, com o pensamento de Celso Furtado, para quem a transferência de plantas para a periferia era parte da estratégia global das grandes transnacionais no contexto de disputa de mercado. Para mais detalhes da visão do autor, ver Furtado (1983, especialmente as páginas 44 a 60).

democráticos, promovendo uma desdemocratização dos Estados capitalistas centrais (STREECK, 2012).

Esta questão da desdemocratização é um aspecto decisivo na obra de Streeck. Em *Tempo comprado*, o autor procura analisar esse processo, que para ele seria o descolamento do controle político do funcionamento da economia; isto é, a independência, cada vez maior, dos mercados do manejo político resultante dos processos de deslocamentos das arenas de conflito. Na sua concepção, há duas classes fundamentais no sistema, os chamados dependentes de lucro e os dependentes de salário, com uma zona cinzenta entre elas. Ocorre que o deslocamento das arenas de conflito para cima, vai restringindo, cada vez mais, a participação dos dependentes de salário das decisões econômicas fundamentais, transformando-as em quase monopólio dos dependentes de lucro, destruindo as bases do capitalismo democrático erigido no pós-Segunda Guerra, pois este era fundamentado, essencialmente, na mediação do conflito de classe por meio da ação estatal, cujas políticas eram escolhidas nas urnas.

O rompimento pelos dependentes de lucro do contrato social do capitalismo democrático, logo após a onda de greves do fim da década de 1960, levou à necessidade de o Estado comprar tempo para legitimar o sistema, permanentemente desalinhado pelas ações progressivas do capital contra a democracia. Dessa forma, nos anos 1970, na visão de Streeck, a compra de tempo se dá com a ampliação da base monetária para garantir o aumento nominal dos salários e a manutenção dos padrões de consumo. Esse estratagema gerou um processo inflacionário que, por fim, acabou desvalorizando as moedas e a riqueza mobiliária dos portadores de ativos (STREECK, 2018, p. 79-83).

O conseqüente ajuste recessivo anti-inflacionário exigido pelo capital fez com que o Estado tivesse que promover uma nova rodada de compra de tempo de legitimação na década de 1980, com aumento do endividamento público, no sentido de manter o financiamento das políticas de bem-estar social num contexto de aumento do desemprego e redução da tributação do capital. Nesse contexto, os governos neoliberais de Ronald Reagan (1980-1988), nos Estados Unidos, e de Margareth Thatcher (1979-1990), na Inglaterra, tiveram papel decisivo ao derrotar os movimentos sindicais de seus países e, mesmo assim, manter a vitória política nas urnas (STREECK, 2018, p. 81-84).

O terceiro movimento para comprar tempo de legitimação das democracias capitalistas centrais no contexto de implantação do neoliberalismo ocorreu, na visão do sociólogo alemão, a partir da década de 1990, com a necessidade do ajuste fiscal exigido pelos dependentes de lucro. Nesse contexto, procurou-se ampliar as políticas de concessão de crédito privado, assegurando às famílias acesso a recursos para manter o consumo e, ao mesmo tempo, acelerar a atividade econômica: uma espécie de “keynesianismo privatizado”, segundo a feliz expressão de Colin Crouch (2009). Esta ampliação acelerada do endividamento privado é a raiz do colapso do sistema financeiro em 2008, que obrigou o Estado a reentrar em cena – mesmo depois de todo o processo de ajuste dos anos anteriores, que levaram a desregulações e privatizações –, promovendo uma nova onda de endividamento público para garantir a solvência do sistema financeiro do capitalismo neoliberal (STREECK, 2018, p. 85-93).

Essa periodização do capitalismo desde o pós-Segunda Guerra proposta por Streeck se associa a algumas daquelas promovidas por outros críticos do sistema. A profunda crise do capitalismo contemporâneo fez ressurgir interpretações gerais que pretendem explicar o significado histórico dessas transformações. Destaca-se, entre as recentes contribuições nesse campo, aquela promovida por Nancy Fraser e Rahel Jaeggi (2020). Para essas autoras, o capitalismo é uma ordem social institucionalizada, composta por quatro clivagens interrelacionadas, sendo a primeira aquela que opõe a produção econômica e a reprodução social; a segunda, a que separa economia e política; a terceira é a divisão do aparentemente mundo natural do mundo humano; e, por fim, a quarta clivagem, que distingue exploração de expropriação (FRASER; JAEggi, 2020).

Essa ordem social institucionalizada e suas clivagens são, historicamente, redesenhadas em regimes de acumulação distintos, que se caracterizariam por ser “uma matriz institucional relativamente estabilizada, na qual a dinâmica de acumulação é moldada e canalizada por uma organização específica de suas condições de fundo” (FRASER; JAEggi, 2020, p. 82). Dessa forma, as autoras identificam, na história do capitalismo, quatro regimes de acumulação: o capitalismo mercantil, entre os séculos XVI e XVIII; o capitalismo liberal, do século XIX e início do XX; o capitalismo administrado pelo Estado, do período dos anos 1930 até a década de 1970; e, por fim, o capitalismo financeiro neoliberal, surgido a partir da década de 1970. Cada um desses regimes de acumulação reordenam as clivagens da ordem institucional para atender às dinâmicas da lógica do sistema capitalista daquele regime de acumulação em função das contradições surgidas do regime anterior (FRASER; JAEggi, 2020).

Ora, se utilizarmos a construção teórica de Fraser e Jaeggi para analisar o capitalismo, considerando que elas o conceituam como uma ordem social institucionalizada que se reorganiza historicamente para dar conta da dinâmica da acumulação em cada contexto, é possível entender a obra de Streeck como uma tentativa de explicação da transição entre o terceiro e o quarto regime de acumulação, voltado principalmente para a clivagem entre a economia e a política.

Nessa clivagem, o capitalismo neoliberal seguiria o modelo hayekiano, segundo o qual “a soberania popular ameaça a liberdade individual, licencia o governo ilimitado e confere supremacia justamente ao domínio que precisa ser controlado, o político” (BROWN, 2019, p. 84). A justiça de mercado se impõe ideologicamente, cujo exemplo marcante está na “palavra de ordem” de “fazer genuflexão diante dos poderes da finança”, que se utiliza do discurso da “confiança” que “oculta a usurpação das decisões e das informações que afetam a vida dos cidadãos”, sendo seu símbolo as chamadas agências de risco que, “poderosas na formação de consensos e na captura dos corações e mentes mediante patranhas midiáticas”, de fato “abusaram da prepotência e de malfeitorias quando incumbidas de definir os critérios de avaliação do risco no festival de falcatruas que levou ao colapso de 2008” (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 70).

Conclui Streeck que se o capitalismo “já nem sequer consegue criar a ilusão de um crescimento distribuído de acordo com a justiça social, chegou o momento de os caminhos do capitalismo e da

democracia se separarem” (STREECK, 2018, p. 208). A questão é de que forma essa separação ocorrerá e qual desses lados, o capitalismo ou a democracia, conseguirá se estabelecer como vitorioso, caso consideremos a impossibilidade de uma nova compra de tempo ou de uma reorganização que possibilite a sobrevivência do casamento arranjado.

## **A TRAJETÓRIA BRASILEIRA NA TRANSIÇÃO ENTRE DOIS REGIMES DE ACUMULAÇÃO**

Entre os anos 1970 e a primeira década do século XXI o Brasil passou por transformações profundas. Nesse período de 40 anos, o país saiu de uma ditadura e instalou as bases de um regime democrático. Ocorreu alternância de poder entre partidos de oposição e de origens e plataformas políticas distintas, confirmando algum avanço institucional importante; mas, ao mesmo tempo, o país vivenciou o processo de transição entre dois regimes de acumulação: o da industrialização por substituição de importações para o do neoliberalismo, que abalaram os fundamentos da democracia construída nesse contexto (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

Assim, enquanto nos países capitalistas centrais a democracia atingiu seu auge nos anos 1970, com um intenso processo de crescimento econômico associado a maior distribuição e acesso à participação política de todas as classes sociais, a sociedade brasileira se encontrava na luta pela conquista da redemocratização, após anos de ditadura, num contexto de mudanças significativas nos próprios fundamentos do capitalismo. Nas palavras do historiador britânico Eric Hobsbawm, o período dos Trinta Anos Gloriosos (1945-1975) dos países capitalistas centrais “foi uma espécie de casamento entre liberalismo econômico e democracia social” (HOBSBAWM, 1995, p. 265). Já no Brasil esse período correspondeu a um momento de intenso crescimento econômico fundamentado na industrialização por substituição de importações, mas com uma forte marca autoritária como solução para o conflito de classe estabelecido nos anos 1960. O golpe de 1964, em significativa medida, pode ser lido como uma reação de parcela das classes dominantes no Brasil contra a possibilidade de reformas estruturais que promovessem, conforme ocorria nas economias centrais, o casamento entre o crescimento econômico e a democratização social (REIS FILHO, 2014, p. 85).

Quando a crise do capitalismo democrático conforme apontado por Streeck (2018) começou, entre fins dos anos 1960 e começo dos anos 1970, o Brasil se encontrava num ciclo significativo de crescimento econômico conhecido como Milagre brasileiro. Esse crescimento, fundamentado no investimento público – financiado com poupança externa – em energia e infraestrutura, além de uma ampliação significativa do crédito para as famílias de classe média consumirem bens duráveis e adquirir imóveis, promoveu forte acumulação e concentração da renda em um cenário de aprofundamento da ditadura, com a decretação do Ato Institucional nº 5, que impediu a mobilização dos trabalhadores (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 48-52).

O choque externo provocado pela Crise do Petróleo de 1973 gerou o efeito de aumento da inflação no Brasil, algo parecido com o que ocorreu nos países centrais, com a diferença de que, no caso brasileiro, esse processo inflacionário tinha outras raízes, distintas dos conflitos distributivos apontados por Streeck no caso das economias desenvolvidas, que eram os custos elevados de manutenção dos investimentos do “Milagre”. Podemos considerar que a busca por legitimação da ditadura brasileira, nesse contexto, pode ter sido a tentativa derradeira do governo de manter a aceleração da atividade econômica com um projeto de investimentos industriais que completassem o processo de substituição de importações e colocassem o Brasil, definitivamente, no Primeiro Mundo, entre os países capitalistas, segundo o discurso ideológico do regime. Paralelamente, o objetivo político era legitimar a Ditadura no momento da chamada abertura lenta, gradual e segura, proposta pelo presidente ditador General Ernesto Geisel (1974-1979).

Essa tentativa, o chamado II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), colocado em prática a partir de 1974, foi financiada com os recursos estrangeiros disponíveis nos bancos europeus e estadunidenses, os chamados petrodólares. Objetivamente, tentou-se uma fuga para a frente; isto é, ao invés de ajustar a demanda efetiva a uma oferta agregada em redução em função dos custos do petróleo, buscou-se uma política de investimentos acelerados que deveria cobrir a incapacidade de importação com o aumento da produção industrial nacional (SINGER, P., 2014, p. 201-207).

A maioria dos projetos do II PND se mostraram de capacidade limitada para gerar a produção necessária para cobrir a necessidade da demanda num primeiro momento, especialmente pelo abandono do plano por parte da burguesia, que acusava o Estado de intervencionismo exagerado, mostrando-se já antenada com os espíritos do tempo neoliberal, em gestação naquele momento. Além disso, as divisas geradas foram insuficientes para cobrir a alta quantidade de empréstimos em moeda estrangeira feitos pelo governo para financiar o plano. Por fim, não avançaram as propostas de reforma do sistema financeiro e da grande empresa capitalista, vistas como essenciais para a absorção do avanço científico e tecnológico (CARNEIRO, 2002).

No plano externo, com o segundo choque do petróleo e com a radical mudança da política monetária dos Estados Unidos, e, no contexto interno, com o renascimento do movimento operário e com a profunda crise econômica, a derradeira tentativa da Ditadura de se legitimar foi destruída. Foram criadas, então, as condições para o avanço das duas transições: para a democracia e para o neoliberalismo, sendo que ambas se realizaram com avanços e retrocessos importantes ao longo das décadas seguintes. O saldo desse contexto aprofundou as contradições da transição brasileira:

No final do período de crescimento econômico rápido, em 1980, as relações concretas entre as classes sociais guardavam uma semelhança apenas formal com aquelas observadas nos países desenvolvidos. As desigualdades relativas em termos de renda e riqueza eram muitíssimo maiores no Brasil. A dinâmica econômica e social se apoiou continuamente, de um lado, na concorrência desregulada entre os



trabalhadores, e, de outro, na monopolização das oportunidades de vida pelos situados no cimo da sociedade (MELLO; NOVAIS, 2009, p. 69).

Ou seja, foi em um cenário de profunda desigualdade social, de conflitos resultantes dessa desigualdade e de crise econômica significativa, marcada pela estagflação, que o Brasil iniciou a sua dupla trajetória de transição. Ora, se pensarmos essas duas trajetórias a partir da leitura de Streeck, podemos considerar que se tratava de um movimento contraditório em si, na medida em que a democratização significaria a incorporação dos direitos sociais das massas e a construção de uma sociedade menos desigual, que evidentemente demandaria um papel ativo do Estado e das instituições representativas das classes trabalhadoras, como partidos e sindicatos, na regulação do conflito distributivo, das relações econômicas e na estruturação de uma universalização dos acessos às políticas públicas. Essas demandas, presentes no debate político da transição democrática brasileira, iam de encontro aos interesses do avanço do neoliberalismo, que no Brasil já se manifestara na oposição de grande parcela da burguesia ao II PND. Para estes, era necessário um Estado desregulamentador e protetor dos mercados, que eliminasse as barreiras à acumulação e às movimentações financeiras, que integrasse o país aos circuitos econômico-financeiros mundiais, com políticas que levassem a diminuição de encargos, impostos e restrições ao movimento do capital e que permitisse a exploração do trabalho de forma mais flexível.

Talvez o interesse do capital fosse mais facilmente atendido com a manutenção da ditadura em novas bases, que permitisse a consolidação de um Estado autoritário neoliberal, tal qual ocorreu na ditadura chilena do General Augusto Pinochet (1973-1989).<sup>4</sup> Porém, o cálculo político do capital nesse contexto de transição democrática no Brasil foi de que a Ditadura não mais expressava os seus interesses e se encontrava totalmente decadente depois do fracasso econômico. Assim, a não participação da burguesia no processo de transição fortaleceria demais os movimentos de esquerda, que poderiam capturá-la por completo e impor a sua agenda. Foi a partir dessas convicções que o capital promoveu

[...] sua estratégia de participar do movimento democrático por meio de políticos conservadores, que poderiam assegurar o duplo objetivo de instalar uma democracia moderada, porém “legítima”, e limitar o crescimento da esquerda e do movimento de massas associado a ela (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 77).

Após o fracasso do movimento das *Diretas Já*, em 1984, e a instalação de uma transição negociada para um governo civil, o maior e mais importante combate entre os projetos de democracia colocados em questão se travou na Constituinte de 1987-1988. Segundo o estudo de Sandra Gomes (2006), a elaboração da nova Carta Magna foi resultado de condições institucionais bem distintas daquelas experimentadas na trajetória brasileira anterior. Na criação das Constituições de 1891 e 1934, houve a elaboração e o envio de um anteprojeto pelo Executivo; no caso da Carta de 1946, uma comissão de constituintes elaborou um projeto para ser apreciado no Plenário. Já na Constituição de 1988, muito em

<sup>4</sup> Para uma análise das relações entre o neoliberalismo e a ditadura chilena, ver Chamayou (2020, cap. 23).

função do clima de abertura política e de participação ativa da sociedade civil à época, o Primeiro Regimento colocou em prática regras muito mais descentralizadas para a elaboração do texto. Foram estabelecidas 8 comissões, com 63 constituintes cada uma, subdivididas em 24 subcomissões, com 21 membros em cada. Os projetos elaborados nessas subcomissões e o texto final das comissões precisavam apenas da aprovação da maioria simples de seus membros. Os textos das 8 comissões foram enviados então para a chamada Comissão de Sistematização, responsável por organizar e apresentar o anteprojeto. Em Plenário, o veto daquilo que havia sido aprovado nas comissões precisava da maioria do total dos 559 constituintes. Ou seja, enquanto para aprovar um texto nas subcomissões eram necessários 11 votos e nas comissões precisava-se de 32 votos, para rejeitar o que ali foi aprovado precisava-se reunir 280 votos (GOMES, 2006, p. 197-201).

Os grupos políticos mais à esquerda entre os constituintes (os representantes do PDT, PT, PCdoB, PSB e parcela do PMDB), apesar de minoritários, se aproveitaram das condições institucionais e conseguiram impor, por exemplo, a obrigação de o Estado oferecer a todos os cidadãos serviços de saúde e educação e, também, a vinculação das aposentadorias, pensões e transferências não contributivas ao piso do salário-mínimo. Neste sentido é que se pode considerar que as possibilidades abertas pela Constituição de 1988 levaram à universalização dos direitos sociais no país, eliminando a figura dos *outsiders* do Estado social do período 1930-1988 (ARRETCHE, 2018, p.14-15). Pode-se também considerar que se trata de uma tentativa tardia de implementação de um Estado de bem-estar social no Brasil, tardia pois ocorreram no bojo de transformações econômicas no cenário das economias centrais que começavam a dismantelar parte de suas estruturas de proteção social implementadas nos Trinta Anos Gloriosos (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 80-84).

Os princípios do Estado de bem-estar social tardio brasileiro já começaram a ser questionados na primeira eleição livre para presidente do Brasil desde o golpe de 1964. Ao longo da década de 1980, o país viveu uma crise econômica profunda, marcada pelo cenário de inflação alta, descontrole total das contas públicas e dívida externa galopante que levou o país à moratória, em 1987. Os planos econômicos lançados para derrotar a inflação, especialmente o Plano Cruzado de 1986, fracassaram, e a situação era cada vez mais crítica. O ajuste monetário nos países centrais para eliminar a inflação dos anos 1970, tiveram como resultado, na periferia do sistema, o corte do financiamento de suas políticas desenvolvimentistas e colocaram países como o Brasil num impasse histórico, já que não somente havia sido eliminado o crédito, como agora tinham de fazer frente à cobrança das dívidas do período anterior, com juros cada vez mais altos. É nesse contexto que ocorre o sucesso eleitoral de Fernando Collor, em 1989, o que demonstrava que o neoliberalismo havia de fato chegado ao país.

O governo de Collor foi o marco inicial de inserção do Brasil na lógica neoliberal. Sua agenda, apresentada no Plano Brasil Novo, era profundamente associada aos interesses neoliberais. Segundo Saad Filho e Moraes (2018, p. 96-97), o neoliberalismo possui quatro características principais: a financeirização da produção, da ideologia e do Estado; a integração global dos livres fluxos de capitais;

um papel cada vez mais proeminente do capital externo e; a austeridade fiscal e monetária para a garantia de retornos a esses capitais. Ainda segundo esses autores, a implantação do neoliberalismo é marcada por uma primeira fase de transição, que procura garantir as prioridades dos capitais financeiros e promover uma institucionalidade em benefício desses setores, por meio de forte intervenção estatal contra os interesses contrários. O governo Collor teve papel essencial nessa primeira fase. Na segunda fase, garante-se a consolidação do sistema de acumulação neoliberal, com gerenciamento das imposições da fase de implantação, a promoção de uma subjetividade na defesa ideológica dos mercados e a criação de políticas sociais de caráter neoliberal. Nesse sentido, conforme considera Streeck (2018), no neoliberalismo não há a eliminação do Estado ou a diminuição do seu papel na sociedade, mas um ressignificado da sua atuação, voltada agora mais aos interesses dos mercados do que aos da sociedade. Trata-se daquilo que afirmava Polanyi (2000): a oposição fundamental no capitalismo não é entre Estado e mercado, mas entre mercado e sociedade.<sup>5</sup>

Apesar do fracasso do governo Collor (1990-1992) em controlar a inflação, foi em sua gestão que mudanças constitucionais importantes rumo ao neoliberalismo foram feitas, especialmente ao relaxar o monopólio estatal em diversas atividades econômicas e ao abrir o país para a entrada maciça de capital financeiro estrangeiro (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 102). Mas foi com a instalação do Plano Real, durante o governo de Itamar Franco (1992-1994) e, principalmente, ao longo dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que o projeto neoliberal se tornou hegemônico no país. As reformas promovidas nesse período tinham a intenção de inserir o Brasil no quadro geral do novo sistema de acumulação capitalista, eliminando aqueles que eram considerados os dois obstáculos mais importantes desse processo: a alta inflação e as institucionalidades da industrialização por substituição de importações (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 104). A contenção da inflação e o súbito e significativo ganho de renda real dos trabalhadores talvez possam ser interpretados como uma nova modalidade de compra de tempo que, nesse contexto, garantiu legitimidade à implantação das reformas neoliberais no Brasil.

Sete políticas-chave foram implementadas na gestão do Plano Real para realizar esse projeto: a liberalização econômica internacional, com a entrada maciça de importações de bens de consumo; a sobrevalorização da moeda, sustentada pelo terceiro aspecto, o influxo de capital financeiro que permitia a cobertura do déficit comercial pela conta capital do Balanço de Pagamentos; a liberalização financeira

---

<sup>5</sup> Karl Polanyi, escrevendo sua principal obra durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), considerava que a construção da sociedade de mercado autorregulável é resultante de uma obra de engenharia social da Europa ocidental do século XIX que, ao contrário do que afirmavam seus ideólogos, era algo absolutamente antinatural. Fundamentando sua argumentação em pesquisas antropológicas que sustentavam o caráter simbólico e complementar das atividades de mercado nas economias pré-capitalistas, Polanyi procurou demonstrar que se tratava de um discurso ideológico a ideia de que a forma natural da organização humana seria aquela realizada por mercados autorreguláveis. Em sua concepção, os mercados foram impostos pela ação do Estado sob comando da burguesia e, na verdade, desarticularam as formas tradicionais de existência e enfraqueceram os laços sociais pré-existentes, principalmente pelo controle de três mercadorias especiais: o trabalho, a natureza e o dinheiro. Entregues ao controle do mercado, essas mercadorias foram o vetor principal de desorganização da vida social, levando a sociedade a reagir. Em sua concepção, o fascismo, o socialismo e os modelos de Estado intervencionista são reações da sociedade aos controles do mercado: respostas profundamente distintas, decerto, mas todas elas movidas pelo combate à sociedade de mercado autorregulável.

doméstica; a alta taxa de juros para atrair os capitais voláteis internacionais; a redução do déficit público, especialmente pelo corte de gastos em políticas públicas e de investimentos, mas também pelo aumento da carga tributária, já que durante o governo FHC ela se elevou de 26 para 35% do PIB; e a desindexação da economia, desarticulando os mecanismos da inflação inercial (CARNEIRO, 2002).

A primeira fase do plano, entre 1994 e 1998, fundamentada na chamada âncora cambial, deixava o país profundamente exposto a choques externos: as crises do México (1995), dos Tigres Asiáticos (1997) e da Rússia (1998) deterioraram as condições gerais do setor externo da economia brasileira, já que os especuladores internacionais associavam todos esses países a estratégias parecidas de combate à inflação e inserção no neoliberalismo. Uma crise em algum deles impactava a confiança nos outros, o que acabava se transformando num grande ataque especulativo à moeda, exigindo do país um aumento do prêmio pelo risco de manter os capitais investidos, ou seja, um aumento significativo das taxas de juros.

Em janeiro de 1999, o esquema da âncora cambial desmoronou e a moeda foi liberada para a flutuação em pisos e tetos informais. A gestão financeira do país, no segundo governo FHC (1999-2002) redimensionou a política econômica para o chamado tripé macroeconômico neoliberal: câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário nas contas públicas. O corolário institucional desse novo esquema se fundamentou na independência operacional do Banco Central e na aprovação da chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000, que impôs limites rigorosos às despesas públicas em todos os níveis governamentais.

A consolidação do neoliberalismo no Brasil, entre 1994 e 2002, levou a economia a um ciclo de baixo crescimento, desnacionalização, manutenção da concentração de renda e a um aumento importante da distância entre o tamanho da economia brasileira e a dos países ricos:

Em suma, as mudanças de política econômica associadas ao neoliberalismo maduro foram insuficientes para dar suporte a um crescimento rápido ou sustentado. Durante a década de 1990, a economia brasileira permaneceu presa a uma via de crescimento baixo; os setores produtivo e financeiro foram amplamente desnacionalizados, a DPI [Dívida Pública Interna] cresceu acentuadamente, e a concentração de renda e riqueza permaneceu inalterada. Como era de esperar, o Brasil não conseguiu convergir rumo às economias capitalistas avançadas: a renda *per capita* brasileira caiu de 21,6% da média dos países desenvolvidos, em 1980, para 16,5%, em 1995, e 15,5%, em 2001 (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 115).

O neoliberalismo no Brasil, assim como nas economias centrais, foi afastando das decisões democráticas a gestão macroeconômica. O modelo foi se impondo como o único possível e, em torno dele, foi construída uma mitificação ideológica que pavimentou o caminho da conversão, inclusive, das oposições (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017).

Os estudos de André Singer propõem uma interpretação da experiência dos governos petistas no Brasil que se seguiram ao fim do período de FHC. Em sua visão, a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder ocorreu com o apoio dos grupos que perderam com a implantação do

neoliberalismo. Porém, durante o primeiro mandato de Lula (2003-2006), promoveu-se uma mudança significativa do partido, resultando num realinhamento eleitoral, o que deu origem ao que o autor chama de lulismo. Em sua interpretação, o lulismo promoveu uma espécie de reformismo fraco, que tinha a intenção de melhorar a vida e possibilitar novos horizontes aos mais pobres, mas sem confrontar as classes dominantes, e, também, atender a uma certa perspectiva conservadora do subproletariado, que temeria a desordem provocada por um confronto com o capital, dada sua condição instável na inserção social. No limite, não confrontar o capital seria a condição para se evitar possíveis revoltas que impedissem o PT de governar e, como consequência, que freasse o processo de ascensão dos pobres. Este grupo da base distributiva passou a ser o sustentáculo social e eleitoral do lulismo, permitindo a conversão do PT em um partido popular, perdendo força eleitoral nos grandes centros urbanos e na classe média, mas se fortalecendo nos rincões do país (SINGER, A., 2012).

O cenário internacional, do chamado *boom* das commodities, beneficiou a estratégia lulista, que conseguiu manter a ordem macroeconômica neoliberal e, ao mesmo tempo, promover políticas de transferência de renda, aumento real do salário-mínimo e ampliação do crédito às camadas populares. Nas palavras de André Singer (2012, p. 76-77):

Não tenho elementos para julgar se a correlação de forças permitia arriscar outra via, implicando algum grau de confronto com o capital. O fato é que o governo optou por conter a subida de preços pelo caminho ortodoxo, aprofundando as receitas neoliberais, com a combinação de corte no gasto público e aumento de juros. Com efeito, a redução da demanda e a volta dos dólares que haviam fugido com medo da esquerda seguraram a inflação, que tinha alcançado a marca de 12,53% em 2002, caindo a 9,3% em 2003, 7,6% em 2004 e 5,7% em 2005. O presidente vocalizou, então, o discurso conservador de que o seu mandato não adotaria nenhum plano que pusesse em risco a estabilidade, preferindo administrar a economia com a “prudência de uma dona de casa”. Se, ao fazê-lo, estabelecia um hiato em relação ao passado do seu próprio partido, em troca criava uma ponte *ideológica* com os mais pobres. [...] O pulo do gato de Lula foi, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, construir substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, corresponde a nada mais nada menos que a realização de um completo programa de classe (ou fração de classe, para ser exato). Não o da classe trabalhadora organizada, cujo movimento iniciado no final da década de 1970 tinha por bandeira a “ruptura com o atual modelo econômico”, mas o da fração de classe que Paul Singer chamou de “subproletariado” ao analisar a estrutura social do Brasil no começo dos anos 1980.

A concepção de Armando Boito Junior se distingue da proposição de André Singer, especialmente quanto ao conteúdo de classe dos governos petistas. Na visão de Boito Jr. (2018), o governo Lula compôs uma frente de classe comandada por uma certa burguesia interna que, prejudicada por alguns aspectos do programa neoliberal, promoveu uma política neodesenvolvimentista que, essencialmente, não rompe com o neoliberalismo, mas encontra nas suas franjas formas de promover crescimento econômico interno. O neodesenvolvimentismo seria, então, o desenvolvimento possível dentro dos marcos do neoliberalismo. Em torno dessa bandeira, o governo petista promoveu uma aliança de frações de classe – a grande burguesia interna, os médios e pequenos capitais, a classe trabalhadora

formalizada e os trabalhadores da massa marginal – liderada pela burguesia interna, que resultou em algum crescimento econômico e na implantação de políticas distributivas do tipo neopopulista que sustentaram a aliança (BOITO JR., 2018).

Utilizando-se de categorias semelhantes às de Boito Jr, Saad Filho e Morais (2018) argumentaram que o governo petista promoveu uma espécie de neoliberalismo desenvolvimentista, fundamentado na teoria econômica do novo-desenvolvimentismo, que tem no Brasil, entre seus principais expoentes, o ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira. Formando, a partir do segundo governo, uma aliança dos vencedores com aquelas frações de classe beneficiárias das políticas do primeiro governo, que basicamente correspondem aos apontados por Singer e Boito Jr. (com a discordância em torno da existência de uma burguesia interna, que opõe esses dois cientistas políticos), Saad Filho e Morais afirmam:

Dadas as circunstâncias econômicas favoráveis, em nível global, em meados dos anos 2000, o neoliberalismo desenvolvimentista sustentou uma melhoria significativa no desempenho macroeconômico e na criação de empregos, acompanhada de uma redução sem precedentes da pobreza e da desigualdade, o que levou a popularidade de Lula a atingir picos espetaculares (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 154).

A percepção da experiência petista no poder, sejam quais forem os matizes interpretativos adotados, mostrou uma tentativa de conciliação entre algum crescimento e redistribuição com a manutenção dos fundamentos macroeconômicos do neoliberalismo. Talvez possa se considerar a compra de tempo, nesse caso, por meio da ampliação dos programas sociais, do avanço dos ganhos reais do salário-mínimo, da ampliação do crédito popular e do acesso mais facilitado à educação superior e à casa própria às camadas do proletariado e, especialmente, do subproletariado, que antes tinham interdidas essas possibilidades. A princípio, foi possível equilibrar esses dois caminhos aparentemente contraditórios porque o cenário internacional era favorável e o país teve recursos para financiar políticas públicas de redução da pobreza e das desigualdades e, ao mesmo tempo, remunerar o capital financeiro, mantendo o debate em torno das políticas macroeconômicas fora do alcance da arena eleitoral e dos controles democráticos. Este esquema acabou por desmoronar quando as condições externas mudaram e a manutenção, ao mesmo tempo, de ambas as políticas – a distributiva e a macroeconômica neoliberal – se tornou impossível.

## **OS IMPASSES ENTRE O NEOLIBERALISMO E A DEMOCRACIA NO CENTRO E NA (SEMI)PERIFERIA**

Na conclusão de *Tempo Comprado*, Streeck procura refletir sobre as possibilidades de uma nova compra de tempo pelo capitalismo democrático após a mais recente crise de legitimação desde 2008. Sua conclusão é que não é possível uma nova compra de tempo pela lógica de avanço do neoliberalismo,

restando a alternativa de se recuperar ao menos parte das instituições existentes antes da (contra)revolução promovida pelos mercados a partir dos anos 1970.

Assim, Streeck não considera possível a possibilidade da compra de tempo com uma nova rodada de endividamento ou mesmo de espiral inflacionária. Ele defende que os endividamentos anteriores já não foram capazes de promover crescimento econômico suficiente e nem reproduzir o sistema por muito tempo. Adotar essa estratégia significaria tornar o capitalismo democrático ainda mais instável e frágil, tendente, em alguma medida, ao colapso. Por outro lado, um processo inflacionário acelerado, num cenário de significativa desproteção dos pensionistas e de desmonte dos sindicatos, levaria a um alto custo para as camadas populares, o que também aceleraria uma crise de legitimidade.

Em alguma medida, se observarmos o que ocorreu a partir de 2008, essas previsões de Streeck se confirmaram. De fato, o aumento da dívida pública para resgatar o sistema financeiro não levou a uma recuperação econômica de longa duração e, além disso, aumentou a desconfiança dos mercados em relação ao financiamento dessas dívidas, cada vez mais insolventes e dependentes de novas emissões de dívida para se autofinanciar. O crescimento econômico emperrou em boa parte do mundo ocidental, com momentos curtos de recuperação, puxados especialmente pela China (TONELO, 2021).

Observando, entretanto, os acontecimentos europeus do pós-2008, Streeck defende que pode haver uma saída para o continente, com o retorno à soberania nacional no exercício da política econômica, eliminando a União Monetária. Desvalorizações controladas das moedas nacionais permitiriam aos países membros ajustarem as condições econômicas internas às competições internacionais, protegendo suas economias dos avanços dos mercados. Esta proposta de um *Bretton Woods* europeu serviria para conter a globalização e o neoliberalismo, retomando a soberania e a democracia política nas fronteiras nacionais.

Outras possibilidades – como uma democracia pós-capitalista ou uma democratização da União Europeia – dependeriam de uma longa maturação, tornando-se irrealistas para o contexto de derrota histórica dos movimentos daqueles que são “dependentes de salários”. Por isso ele conclui afirmando que “enquanto não se encontra a melhor solução, a segunda melhor solução torna-se a melhor de todas” (STREECK, 2018, p. 222).

Esses são os elementos que o sociólogo alemão apresenta como saída para a crise do capitalismo democrático, especialmente o europeu. Se seu diagnóstico da crise do capitalismo democrático nos países centrais é bem estruturado e guarda relações inteligentes com o pensamento crítico sobre o capitalismo, sua análise perde força quando se trata de pensar as possibilidades de saída desta crise. Ele propõe, basicamente, alguma forma de reconstrução da institucionalidade da *Golden Age*: retomada das soberanias nacionais e formulação de resistências destrutivas por parte dos dependentes de salário. Ele não promove nenhum desenvolvimento de ideias sobre o que seria uma democracia pós-capitalista, que poderia ser uma boa maneira de superar a limitada noção do retorno ao passado como único e inevitável caminho de resistência.

Entretanto, em escrito posterior, o sociólogo alemão profetizou sobre o fim do capitalismo e especulou sobre de que forma isso poderia acontecer. Na concepção apresentada por Streeck em livro mais recente, *How will capitalism end?*, o sistema se encontra numa encruzilhada, cuja solução seria a sua própria dissolução. Aparentemente, considera o autor, o sistema não é capaz de dar respostas satisfatórias aos desafios que as suas próprias contradições criaram. E quais seriam estes desafios? Na sua visão, as contradições do sistema capitalista atingiram níveis insuperáveis. A novidade, entretanto, quando comparamos esta predição do fim do capitalismo com algumas formuladas em momentos anteriores de crise do sistema, é que, desta vez, não há um sistema rival para surgir no lugar do capitalismo. Para Streeck, viveremos um longo período indeterminado, de profundas incertezas e indecisões (STREECK, 2016).

O sociólogo alemão apresenta oito situações que demonstrariam que o capitalismo está por um fio: 1) o já significativo e constante baixo crescimento econômico e os conflitos resultantes disso; 2) o aumento da desigualdade social; 3) a impossibilidade da gestão macroeconômica pelo aumento do endividamento, pela emissão de dinheiro novo sem lastro produtivo e pela ameaça de crises econômicas constantes; 4) a incapacidade das instituições de conter a mercantilização da natureza, do trabalho e do dinheiro; 5) a corrupção desenfreada em busca do enriquecimento pessoal; 6) a destruição do Estado social e da infraestrutura pública; 7) a eliminação da democracia e a ascensão de um sistema oligárquico; e 8) a incapacidade dos Estados Unidos de manter uma ordem global estável desde o fim da Guerra Fria (STREECK, 2016, p. 1-45).

Todos esses fatores em conjunto, na visão do autor, levam à desorganização total no nível macro e a uma busca por equilíbrios efêmeros no nível micro da organização social. A crise de 2008 seria um marco fundamental desse processo, já que se percebeu que o crescimento se tornou impossível, o desemprego cada vez mais alto e o sistema monetário ameaçando colapsar as dívidas que garantem a compra de tempo que sustenta a legitimação do capitalismo democrático.

Para ele, a democracia do mundo ocidental foi destruída pela lógica de deslocamento da arena de conflito para cima, pela tendência à individualização e pela busca da solução dos problemas via mercado, que acabou por impor a lógica neoliberal a toda a sociedade. Este cenário nos levará a um interregno, marcado por cinco desordens sistêmicas: estagnação, redistribuição e fortalecimento oligárquico, pilhagem do patrimônio público, corrupção endêmica e anarquia global.

A desintegração do capitalismo é, portanto, resultante fundamentalmente do seu sucesso. Ele venceu os sistemas rivais, mas tornou-se perigoso a si mesmo quando pôde aprofundar as suas características e prescindir dos limites que se impunha. O cenário futuro, por volta de 2050, será de entropia, desordem e caos. As pessoas terão de se adaptar a essa nova realidade instável, e suas referências serão o ideário neoliberal: lidar com as dificuldades na esperança de conquistas resultantes do mérito; enquanto isso, dopam-se para aguentar a pressão e consomem, na busca efêmera por superar as angústias



(STREECK, 2016, p. 42-45). Apenas quando a classe média desmoronar e a desordem ameaçar seriamente os objetivos individuais é que poderá emergir uma nova ordem pós-capitalista.

Outros autores, identificam a existência de uma crise profunda do capitalismo ou apenas da democracia, ou de ambas, a depender da perspectiva analítica e mesmo das escolhas para onde olhar no que se refere à crise. O francês Thomas Piketty (2014) mostra que as mudanças na composição do capital resultantes do neoliberalismo ampliaram dramaticamente a desigualdade, concentrando cada vez mais renda nas mãos do 1% ou do 0,1% mais rico da população, o que coloca em risco os fundamentos da sociedade democrática. Considera o economista que existe uma lei implacável sobre o comportamento da renda – a ideia de que o rendimento do capital é sempre maior do que o crescimento econômico – que abala o discurso meritocrático do capitalismo e que leva à formação de uma super-elite, fundamentalmente rentista. Apenas em contextos de catástrofes, como guerras, ou quando eclodem revoluções, ou quando há maior controle do Estado sobre os ganhos de capital, é que se impediu que a força de  $r > g$  agisse. Nessa concepção, a raiz da crise do sistema atual é a concentração de riqueza na forma capital (PIKETTY, 2014, p. 432-455).

Alguns cientistas políticos do campo liberal acreditam que a crise da democracia tem relações mais com problemas institucionais e mudanças sazonais do comportamento eleitoral do que com o funcionamento do sistema capitalista. Assim, Levitsky e Ziblatt (2018) procuram demonstrar que a crise da democracia estadunidense está relacionada ao mal funcionamento do que eles chamam grades de proteção do sistema, que permitiram que os conflitos resultantes do aumento da desigualdade, das disputas raciais e do realinhamento eleitoral dos partidos no país levassem à eleição de um *outsider* com pretensões autoritárias tal como Donald Trump.

O cientista político polonês Adam Przeworski, por seu turno, considera que a crise da democracia, na qual muitos dos países capitalistas centrais estão mergulhados, pode ser causada por muitos fatores, sendo eles institucionais, políticos, sociais, culturais ou raciais, a depender de cada cenário nacional. O autor afirma não acreditar “que a sobrevivência da democracia esteja em jogo na maioria dos países”, mas não consegue enxergar “nada que possa acabar com o nosso descontentamento atual”. Até porque, esse descontentamento “não será aliviado por acontecimentos políticos ocasionais, ou pelos resultados de eleições futuras”. Na visão de Przeworski (2020, p. 2970-2972), “a crise não é apenas política; tem raízes profundas na economia e na sociedade”, e por isso “parece mais assustador”.

A partir dessas reflexões recentes, verifica-se que a percepção do mal-estar é geral. Há a perspectiva mais pessimista de Streeck, que considera que a humanidade viverá uma era de grande incerteza e instabilidade resultante do fim do capitalismo, que já teria destruído a democracia, sem que qualquer sistema rival possa suprir as necessidades de reorganização. Há a perspectiva menos dramática de Levitsky e Ziblatt, que acreditam que reorganizações institucionais e políticas de atenuação dos conflitos sociais e raciais sejam suficientes para repor a democracia em bom termo. Temos as percepções mais intermediárias, como a de Piketty, que acredita que a sobrevivência do sistema e da democracia

dependem de uma concertação mundial contra o aprofundamento das desigualdades, ou a de Przeworski, para quem a crise tem raízes profundas na sociedade e sua solução depende de arranjos complexos para impedir o avanço do autoritarismo sub-reptício que se manifesta em várias democracias outrora consideradas consolidadas. Todas essas concepções apontam para a necessidade de uma reorganização radicalmente importante, seja do capitalismo, seja da democracia, para que o casamento arranjado possa sobreviver.

No caso da dupla transição brasileira, a da democracia e a do neoliberalismo, os impasses não poderiam ser menores. Após a década inclusiva, entre 2003 e 2012, quando as políticas sociais promovidas pelos governos petistas de Lula e Dilma Rousseff viveram seu auge, a crise internacional do capitalismo também atingiu o Brasil. As condições de manutenção do “reformismo fraco” foram ficando estreitas. De acordo com André Singer, Dilma tentou então duas mudanças, uma no campo econômico e outra nas relações de poder e na gestão do Estado. A essas tentativas, o autor denominou “ensaio desenvolvimentista” e “ensaio republicano”. O primeiro pretendia implementar um projeto de retomada da industrialização do país com maior intervencionismo estatal na economia; o segundo teria a intenção de combater os canais de corrupção no seio das estruturas do poder estatal. Entretanto, incapaz de organizar apoios, tanto no campo social quanto no campo político, justamente talvez porque eram medidas que rompiam com os acordos do “reformismo fraco”, o governo acabou, a partir do final do primeiro mandato, abandonando os “ensaios” e partindo para políticas recessivas na economia e de frouxidão com as velhas práticas nas estruturas do poder (SINGER, A., 2018).

O projeto de retomada do crescimento econômico a partir de uma política reindustrializante ensaiada pelo governo Dilma foi boicotada por setores importantes da burguesia, que passaram a atacar o projeto como estatizante e intervencionista. A chamada Nova Matriz Econômica, do ministro da Fazenda Guido Mantega, levou à formação de uma espécie de frente única da burguesia contra o governo. Explica André Singer (2018, p. 61):

Com a adesão dos industriais, do agronegócio, do comércio e dos serviços às propostas do setor financeiro, completou-se a unidade capitalista em torno do corte de gastos público, da queda do valor do trabalho e da diminuição da proteção dos trabalhadores. Em novembro de 2014, o presidente da CNI, Roberto Andrade, fez a defesa do ajuste fiscal e, até mesmo do aumento da taxa de juros, o que, em tese, viria em prejuízo direto dos que investem na produção. Enquanto Dilma realizava, por cima, o ideário desenvolvimentista, a burguesia industrial lhe tirava o chão por baixo

Depois da explosão da onda de protestos de 2013 e da reeleição apertada de 2014, o governo Dilma foi cada vez mais contido por uma onda oposicionista que atingia, inclusive, o núcleo de apoio do governo do ponto de vista institucional. Nesse momento, o governo optou por uma política de ajuste recessivo, o que desmobilizou a base de apoio que havia garantido a reeleição. Por outro lado, a oposição da classe média foi se tornando cada vez maior, constantemente alimentada pelas acusações midiaticamente promovidas pela chamada Operação Lava Jato, iniciada em 2014. Um processo de

impeachment foi aberto contra a presidente, acusada de crime de responsabilidade por manobras fiscais realizadas entre o Tesouro Nacional e os bancos públicos. De fato, a acusação era frágil, mas o destino de Dilma e do PT já estavam selados: a condenação política da presidente, o impeachment aprovado, o ex-presidente Lula acusado, julgado, condenado e preso, em processos duvidosos e surpreendentemente rápidos como nunca na história da República.

A tentativa de um passo além no reformismo tentado por Dilma fracassou. O projeto político e inclusivo do PT foi completamente derrotado e no lugar do reformismo, fraco ou forte, o que veio, com o governo Michel Temer (2016-2018), foi o avanço forte das reformas neoliberais, que no limite pretendiam atingir de morte as conquistas sociais garantidas na Constituição de 1988.

A democracia no Brasil foi impedida pela união dos dependentes de lucros em torno do neoliberalismo, algo que guarda relação com aquilo que assistimos como movimento geral do capital em escala global. Para tanto, até uma nova modalidade de golpe foi colocada em prática no Brasil, depois de ter tido sucesso em países como Honduras e Paraguai: o golpe parlamentar foi usado para derrubar a presidente Dilma (SANTOS, 2017). Os limites da democracia brasileira no arranjo neoliberal estavam dados: ou no “reformismo fraco” (SINGER, A., 2012), ou no neodesenvolvimentismo (BOITO JR., 2018), ou no desenvolvimentismo neoliberal (SAAD FILHO; MORAIS, 2018), ou talvez na tentativa da conciliação de classes (MIGUEL, 2019). Todas essas interpretações, com alguma mudança de ênfase ou opções teóricas, identificam as dificuldades da consolidação do projeto de integração social e democratização do país, sejam os impedimentos internos ou externos, seja por uma combinação de ambos. Qualquer passo além do modelo limitado da experiência petista se mostrou impossível, dado o poder de veto das classes dominantes, sejam elas entendidas como forem do ponto de vista da sua composição. Com o apoio maciço das classes médias do país, elas se mostraram suficientemente poderosas para impor o projeto neoliberal e fazer naufragar o “sonho rooseveltiano” que alimentou o discurso ideológico dos governos petistas de constituir um Brasil de “classe média” (SINGER, A., 2018). Esse veto se mostra algo parecido com aquilo que, segundo Streeck, as burguesias das democracias capitalistas centrais fizeram a partir da década de 1970.

Nesse sentido, as condições estruturais do duplo processo de transição brasileiro, do regime de acumulação e da democracia, em um contexto internacional fortemente marcado pela vitória neoliberal, se apresentou truncado quando a crise internacional impôs a escolha entre um ou outro. A imposição do projeto neoliberal sobre o da democracia social levou ao surgimento, inclusive, do argumento segundo o qual vivemos uma espécie de parábola, sendo a vitória do candidato de extrema-direita a presidente em 2018 o equivalente histórico ao golpe civil-militar de 1964 (ANDERSON, 2020, p. 167-181). Em ambos os momentos, a escolha entre os interesses exclusivos das classes dominantes e a construção de uma democracia social mais inclusiva resultou na vitória do projeto das classes dominantes.

Talvez aqui tenhamos uma diferença importante entre o contexto analisado por Streeck nas democracias centrais e aquilo que ocorreu no Brasil: por lá, em algum momento, ao menos por Trinta Anos Gloriosos, os dependentes de salário puderam sentar-se à mesa para compartilhar as decisões; por aqui, algo assim, se existiu, foi muito mais efêmero.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. *Brasil à parte: 1964-2019*. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARRETCHE, M. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, p. 1-23, 2018.

BELLUZZO, L. G.; GALÍPOLO, G. *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*. Campinas: Facamp; São Paulo: Contracorrente, 2017.

BOITO JR., A. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: Ed. da Unesp, 2018.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.

CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.

CHAMAYOU, G. *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo: Ubu, 2020.

CROUCH, C. Privatised Keynesianism. An unacknowledged policy regime. *British Journal of Politics and International Relations*, n. 11, p. 382-399, 2009.

FRASER, N.; JAEGGI, R. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, S. O impacto das regras de organização do processo legislativo no comportamento dos parlamentares: um estudo de caso da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 49, n. 1, p. 193-224, 2006.

HOBBSAWM, E. J. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KALECKI, M. Political aspects of full employment. *The Political Quarterly*; v. 14, n. 4, p. 322-331, 1943.

LEVITSKI, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MELLO, J. M. C. de; NOVAIS, F. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. São Paulo: Ed. da Unesp; Campinas: Facamp, 2009.

MIGUEL, L. F. *Consenso e conflito na democracia contemporânea*. São Paulo: Ed; da Unesp, 2017.

- MIGUEL, L. F. *O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PRZEWORSKI, A. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. (Edição do Kindle)
- REIS FILHO, D. A. A vida política. In: SCHWARCZ, L. M. (dir.). *História do Brasil Nação: 1808-2010*. v. 5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. p. 183-231.
- SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- SAES, F. A. M. de; SAES, A. M. *História Econômica Geral*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- SANTOS, W. G. dos. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.
- SINGER, A. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, P. O processo econômico. In: SCHWARCZ, L. M. (dir.). *História do Brasil Nação: 1808-2010*. v. 5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. p. 183-231.
- STREECK, W. As crises do capitalismo democrático. *Novos Estudos Cebrap*, n. 92, p. 35-56, mar. 2012.
- STREECK, W.; SCHMITTER, P. From national corporatism to transnational pluralism: organized interests in the single European Market. *Politics and Society*, v. 19, n. 2, p. 133-164. 1991.
- STREECK, W. *How will Capitalism end? Essays on a failing system*. New York: Verso, 2016.
- STREECK, W. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- TONELO, I. *No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo; Iskra, 2021.

Data de submissão: 02/11/2021

Data de aprovação: 05/07/2022

Copyright (c) 2022 politeia



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)